



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1580788 - SP (2019/0269871-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PARQUE DAS ARTES
ADVOGADO : LEOPOLDO ELIZIARIO DOMINGUES - SP087112
EMBARGADO : CRISTIANE SOUZA CAVALCANTE
ADVOGADOS : JOSAFÁ MARQUES DA SILVA RAMOS - SP327542
VERONICA RODRIGUES DE MIRANDA - SP274516

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL E OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constitui-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
2. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PARQUE DAS ARTES contra decisão unipessoal de fls. 831/832 (e-STJ)

Em suas razões recursais, a agravante alega omissão e erro material no julgado, defendendo que deve ser afastada a aplicação da Súmula 182/STJ, uma vez que houve a demonstração do dissídio jurisprudencial, tendo sido realizado o cotejo analítico com soluções jurídicas diversas e exata similitude fática entre as situações, sendo o tema tratado de extrema relevância.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Os embargos de declaração são instrumento processual excepcional e destinam-se ao aprimoramento do julgado que contenha obscuridade, contradições ou omissões sobre tema cujo pronunciamento se impunha manifestar o julgador. Não se prestam à simples reanálise da causa, nem são vocacionados a modificar o entendimento

do órgão julgador.

E, no particular, não se observa em que consistiria o erro material e a omissão no julgado, tendo a recorrente se limitado a defender que houve a impugnação do fundamento da decisão estadual, situação que demonstra a intenção da embargante em emprestar efeitos infringentes ao presente recurso.

Assim, dissociado o pleito de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração constantes do art. 1.022 do CPC/15, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se a sua rejeição.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora